
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NO CONTEXTO ESCOLAR DO 6º AO 9º ANO

ENVIRONMENTAL EDUCATION: CHALLENGES OF TEACHING PRACTICE IN SCHOOL CONTEXTS FROM 6TH TO 9TH YEARS

Maria do Socorro Araújo dos Santos¹

RESUMO: A educação ambiental dentro da sala de aula ainda é a melhor saída para que a preservação do meio ambiente, através da colaboração dos professores em trabalhar a conscientização dos alunos no dia a dia. A conscientização deve ser trabalhada com cada cidadão e cidadã sobre a sua participação incondicional no comprometimento com o planeta para que ocorra uma melhor forma de vida no meio em que a sociedade se encontra. O presente artigo resulta de uma pesquisa de campo, que objetivou identificar quais os desafios enfrentados pelos docentes no contexto escolar para trabalhar a educação ambiental do 6º ao 9º ano, ensino fundamental, da escola estadual Professor Francisco Walcy Lobato Lima, município de Santana/AP – Brasil.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Desafios, Prática docente.

ABSTRACT: Environmental education within the classroom is still the best way to preserve the environment, through the collaboration of teachers in working to raise awareness among students on a daily basis. Awareness should be worked out with each citizen on his unconditional participation in commitment to the planet to bring about a better way of life in the environment in which society finds itself. This article is the result of a field research that aimed to identify the challenges faced by teachers in the school context to work the environmental education of the 6th to 9th grade elementary school of the state school Professor Francisco Walcy Lobato Lima, municipality of Santana / AP - Brazil.

Keywords: Environmental Education, Challenges, Teaching practice.

1. INTRODUÇÃO

A Educação ambiental é indispensável para a transformação da consciência ambiental, onde deve-se trabalhar questões que influenciam diretamente na vida dos alunos, buscando a formação de cidadão aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 225, capítulo VI, prevê o seguinte:

¹ Escola Estadual Prof. Francisco Walcy Lobato Lima, Amapá, Brasil. msasantoss@gmail.com

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.

VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente.

A construção de uma nova prática exige uma educação que garanta a todos uma conscientização do meio ambiente mais justo e equilibrado.

O referido artigo tem por objetivo, identificar os desafios que os docentes enfrentam no contexto escolar para trabalhar a educação ambiental com alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da escola Professor Francisco Walcy. E para dar melhor qualidade a pesquisa usou-se primeiramente bibliografias, e a partir da análise de artigos, livros, dissertações, teses, objetivando a coletar informações sobre os desafios enfrentados pelos docentes para trabalhar a educação ambiental em sala de aula. A partir da análise bibliográfica, entre outra, utilizou-se a pesquisa de campo, por meio de observações, visando estabelecer criteriosamente a participação dos docentes e discentes para obter resultados importantes in lócus.

A educação ambiental deve ser destinar aos docentes e discentes como alternativas para a melhoria da qualidade de vida de todos, pois, além de contribuir com a reflexão da prática pedagógica, ela deve contribuir com toda a comunidade escolar.

2. PRÁTICA DOCENTE

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997) foram desenvolvidos pelo MEC com o objetivo de fornecer orientação para os professores. A proposta é que eles sejam utilizados como “instrumento de apoio às discussões pedagógicas na escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento de aulas e na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático”.

Os PCN também enfatizam a interdisciplinaridade e o desenvolvimento da cidadania entre os educandos. Os PCN estabelecem que alguns temas especiais devem ser discutidos pelo conjunto das disciplinas da escola, não constituindo-se em disciplinas específicas. São os chamados temas transversais. Onde os temas transversais definidos pelos PCN são: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

Conforme a Agenda 21 (2016), a Educação Ambiental é definida como o processo que busca desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Ainda busca uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos.

De acordo com Alarcão (2003, p.44), o professor não pode agir isolado em sua escola sendo neste o seu local de trabalho e juntamente com os outros, com os colegas, constrói a profissionalidade. Haja vista que, a vida dos docentes tem o seu contexto próprio, a escola, esta tem que ser de modo a criar condições de reflexiva de individuais e coletivas. O autor ainda diz que a escola tem de pensar em si própria, tanto na sua missão como no modo que se organiza e também ser reflexiva para cumprir sua meta.

2.1. Formação continuada

O estabelecimento de uma estrutura de formação continuada, poderia melhorar os problemas apontados. A formação de professores não se esgota no curso de formação inicial e deve ser pensada, conforme Caldeira (1993), como um processo, que como tal, não se esgota também em um curso de atualização, mesmo considerando-se situações em que estes aconteçam na escola em que o professor trabalha, local privilegiado de reflexão pedagógica. As propostas de formação continuada são frequentemente concretizadas por meio de cursos, conferências, seminários, e outras situações pontuais em que os docentes desempenham o papel de ouvintes, nas quais se desconhece que eles têm muito a contribuir e não só a aprender. É necessário que a formação do professor em serviço se construa no cotidiano escolar de forma constante e contínua.

A crescente evolução e utilização de novas tecnologias vêm acarretando profundas mudanças no meio ambiente e nas relações e nos modos de vida da população, onde indivíduos são colocados diante de novos desafios, cuja maioria a população não está preparada para enfrentar.

Os cursos de formação de professores, na avaliação de Garrido & Carvalho (1995), tanto aqueles destinados à sua preparação, como aqueles voltados para a sua atualização, vêm sendo considerados insatisfatórios. A não integração da Universidade com as Escolas de

Ensino Fundamental e Médio e entre os estudos teóricos e a prática docente têm sido apontados por pesquisadores em Educação em Ciência, no mundo todo, como algumas das causas, entre outras, desta ineficiência. Um motivo comumente lembrado é a separação entre pesquisadores que pensam e propõem projetos inovadores e professores, que na condição de consumidores, não são chamados a refletir sistematicamente sobre o ensino para modificar o seu desempenho e para adaptar propostas inovadoras.

Conforme Caldeira (1993), a maior parte dos conhecimentos que os docentes recebem nos cursos de formação inicial ou permanente, ainda que possam estar mais ou menos legitimados academicamente, não foram produzidos nem legitimados pela prática docente. Os conteúdos e a forma de desenvolvê-los foram definidos de fora, o que explica a relação de exterioridade que os docentes estabelecem com eles.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental se transformou em prioridade, a partir do momento que passou a desenvolver suportes críticos e analíticos na formação dos cidadãos brasileiros, na qual lhe dá condição de avaliar sua postura diante da necessidade do planeta.

Conforme Dias (1991) a Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, colocada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, por meio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Desde a década de 1960 a questão ambiental vem sendo discutida devido progresso da destruição dos recursos natural indiscriminada e tendo um desequilíbrio ecológico e na incerteza da vida futura.

Os conhecimentos em relação aos problemas ambientais podem e devem ser explorados no meio escolar, pois este é o ambiente adequado à transmissão de valores e princípios básicos que norteiam a formação da consciência crítica do futuro cidadão, desenvolvendo sua capacidade de expressar-se e sociabilizar-se no grupo escolar e familiar.

Na Agenda 21 do Capítulo 36, a Educação Ambiental é definida como o processo que busca desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos,

habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos futuros.

Na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável, a educação ambiental torna-se uma peça chave dentro do processo de conscientização da necessidade de preservar os recursos naturais. No Brasil, a questão do meio ambiente e da educação ambiental encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, capítulo VI, onde prevê que:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.

VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente;

Além de estar prevista na constituição, a Lei 9.795/99 prevê que a educação ambiental possui como princípios básicos o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, além da continuidade do processo educativo, dialogicidade, interdisciplinaridade, e construção coletiva.

Didaticamente, divide-se as demandas de Educação Ambiental em duas categorias básicas:

Educação Formal: Envolve estudantes em geral, desde a educação infantil até a fundamental, média e universitária, além de professores e demais profissionais envolvidos em cursos de treinamento em Educação Ambiental.

Educação Informal: Envolve todos os segmentos da população, como por exemplo: grupos de mulheres, de jovens, trabalhadores, políticos, empresários, associações de moradores, profissionais liberais, dentre outros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9394, de dezembro de 1996, reafirma os princípios definidos na Constituição com relação à Educação Ambiental: “A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano da vida, da escola e da sociedade.”

No ano de 1997, foram divulgados os novos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Os PCN foram desenvolvidos pelo MEC com o objetivo de fornecer orientação para os professores. A proposta é que eles sejam utilizados como “instrumento de apoio às discussões

pedagógicas na escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento de aulas e na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático”.

Os PCN enfatizam a interdisciplinaridade e o desenvolvimento da cidadania entre os educandos. Os PCN estabelecem que alguns temas especiais devem ser discutidos pelo conjunto das disciplinas da escola, não constituindo-se em disciplinas específicas. São os chamados temas transversais.

Temas transversais definidos pelos PCN: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

De acordo com Oliveira (1998), a educação deve exercer um papel ético de fazer crescer em cada um de nós, a consciência do nosso ser, principalmente a sabedoria de se fazer respeitar o ser diferente. Freire apud Noal & Barcelos (2003, p. 12), posiciona-se no mesmo sentido:

Assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais, como o respeito à vida dos seres humanos, a vida dos outros animais, a vida dos pássaros, a vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre homens e mulheres, entre seres humanos, senão nos tornarmos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século, ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador.

Para Carvalho *apud* Isaia (2001, p. 12), como ocupar um lugar na estrutura escolar desde esta espécie de não lugar que é a transversalidade? Para a educação ambiental constituir-se como temática transversal pode também estar em todo o lugar e não pertencer a nenhum dos lugares já estabelecidos na estrutura curricular que organiza o ensino.

3.1. Desafios dos docentes para trabalhar a educação ambiental

Bizerril (2001), diz que atualmente só é possível imaginar a Educação Ambiental em um contexto interdisciplinar, porém há vários empecilhos que impedem os educadores de promover a mesma no ambiente escolar. Bizerril ainda diz que são vários os motivos da dificuldade de se trabalhar um assunto interdisciplinar, dentre eles: O medo de atrasar o conteúdo regular, falta de envolvimento do grupo de professores, dificuldade em se trabalhar um tema considerado “diferente” da disciplina ministrada os alunos estão acostumados somente com aulas tradicionais “quadro e giz”, quando o professor propõe algo diferente, eles dizem que o professor está com preguiça de dar aula, falta de incentivo financeiro, falta de planejamento e de recursos da escola.

Os PCN's fornecem algumas indicações da importância da temática ambiental na escola, porém os professores deixam claro que há uma dificuldade em compreender o mesmo e até tem dificuldades em compreender o próprio conceito e os objetivos da EA (BIZERRIL,2001).

Bizerril (200), também discute a dificuldade de se trabalhar com a interdisciplinaridade, porque, na maioria dos casos, os assuntos abordados estão limitadamente relacionados às drogas ou a sexualidade. Já os assuntos ligados ao meio ambiente, que normalmente trata do desperdício de água ou reciclagem do lixo, ficam com a responsabilidade quase exclusiva do docente de Ciências ou de Geografia e que na maioria dos casos, as escolas costumam trabalhar Educação ambiental na forma de uma feira de ciências ou até mesmo uma atividade extraclasse, e depois disso não continuam o assunto em sala de aula.

4. AÇÕES AMBIENTAIS

As ações e/ou projetos ambientais desenvolvidos pelas escolas podem contribuir com educadores e alunos a se assumirem como sujeitos sociais.

Segundo Rosa (2007), os projetos em escolas contribuem para aumentar o envolvimento, a responsabilidade dos participantes; amplia a percepção em relação à complexidade; estimula leituras interdisciplinares; estimula a inovação e o exercício de criatividade; e por fim, torna o processo educativo mais significativo, incentivando os educadores e alunos a assumirem-se como sujeitos dos processos educativos e sociais.

Carvalho (2005) considera que os projetos e suas metodologias devem dialogar com as experiências dos professores, pois a formação dos professores em educação ambiental deve transcender os objetivos programáticos e metodologias de capacitação. Para o autor, é um desafio que trata-se da formação de “uma identidade pessoal e profissional”.

4.1. Estratégias na educação ambiental

A educação ambiental deve ser proposta a partir de estratégias capazes de aliar educação e prática.

Conforme Oliveira (2000, p.97), reforça a ideia sobre a prática utilizada na sala de aula que considera o desafio da inserção da temática ambiental nos currículos escolares deve

estar sempre procurando abordar a educação ambiental em uma visão holística, procurando sempre evitar temas isolados mesmo sendo importante.

Segundo Guimarães (1995, p. 14), na sua obra propõe que não é o suficiente atitudes corretas de separar o lixo para ser reciclado, mas tem que ser revistos os valores consumistas, que são responsáveis por um volume considerado de lixo na sociedade. Já Carvalho (2004-b, p. 2-3), destaca que o projeto vem ser uma ótima estratégia pedagógica no desenvolvimento das questões ambientais, que serve como um conectivo do diálogo entre o seu dia a dia escolar e seu entorno-ambientes de vida.

4.2. Recursos financeiro-estruturais nas escolas

A falta de investimento por parte do sistema educacional, para o trabalho no ensino formal da educação ambiental faz com que haja uma grande dificuldade em associar os conteúdos às diversas áreas de ensino.

Conforme apontado por Carvalho (2005), a Educação Ambiental ainda não se tornou tão presente nos espaços-chave da organização do trabalho educativo na escola, no uso do tempo em sala de aula, a falta de estrutura das escolas, e do tempo remunerado dos professores.

Para Rosa (2007), existe também a dificuldade de relacionar as necessidades e interesses dos alunos conjuntamente com a experiência acumulada pela humanidade, além da existência de riscos de se privar o aluno de uma maior sistematização do conhecimento. Ela também considera que alguns projetos tornam-se superficiais ao serem impostos pelo sistema educacional e que não possuem adesão dos professores, e ressalta-se que mesmo com algumas dificuldades, a Educação Ambiental possui pontos positivos que superam os negativos, conforme descrito no texto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política ambiental, enquanto, movimento que envolve o poder público, tem como objetividade conciliar o desenvolvimento e a conservação, ou até mesmo instrumento normativo nacional; sendo considerado assim, um conjunto de linhas estabelecidas para traçar o caminho ambiental.

A existência de uma política por meio de instrumentos legais não elimina a existência da política ambiental enquanto movimento de forças principalmente na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) brasileira que em sua construção resulta no jogo de poderes e interesses sociais, políticos e econômico.

São muitos as dificuldades enfrentadas pelos docentes para realizar o trabalho da educação ambiental em sala de aula.

Conforme a observação efetuada na escola, foi possível identificar que: a maioria dos professores enfrentam dificuldades para efetivar a educação ambiental na escola, também foi possível perceber que há muitos desafios internos e externos que dificultam a efetivação de um trabalho diferenciado que sobre a educação ambiental escolar.

A referida pesquisa constatou que os professores enfrentam dificuldades para trabalhar a educação ambiental na escola, mostrando a necessidade de realizar diferentes atividades de conscientização entre os professores e autoridades da escola para incluir a educação ambiental na escola conforme indica a Lei.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1992). 2 ed. Brasília: Senado Federal.

AGENDA 21 Brasileira – Ministério do Meio Ambiente 2016 Disponível em <www.mma.gov.br/...socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>. Acesso em 19 de jan. de 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos-temas transversais*. Brasília, MEC/SEF, 1998, p.436.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar; FARIA Dóris S. Percepção de professores sobre a Educação Ambiental no Ensino Fundamental. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, jan./dez. 2001.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) *Educação Ambiental; pesquisa e desafios*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CARVALHO, Isabel C. M. A escola como projeto sociocultural e os projetos de trabalho na escola. In: boletim Vida e natureza, ambiente e cultura. MEC-TV. Programa Salto para o futuro, TV Escola. 2004 (b).

CALDEIRA, A. M. S. La práctica docente cotidiana de una maestra y el proceso de apropiación y construcción de su saber. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1993. 347 p. (Tese de doutorado).

DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. São Paulo, Gaia, 1991.

GARRIDO, E. & CARVALHO, A. M. P. Discurso em sala de aula: uma mudança epistemológica e didática In: Coletânea 3ª Escola de Verão. São Paulo, FEUSP, 1995.

GUIMARÃES, M. A Dimensão Ambiental na Educação. Campinas: Papirus, 1995.

GADOTTI, Moacir. (1999). *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez.

ISAIA, E. M. B. I. Reflexões e práticas para se desenvolver educação ambiental na escola. 2 ed. Santa Maria: Ed. UNIFRA/IBAMA, 2001. 176 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2016). *Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior*. Brasília MEC, 2000. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu>.

NOAL, F.O. & BARCELOS, V. H. de L. Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2003. 349 p.

OLIVEIRA, Elisio Márcio de. (2000). *Educação Ambiental: uma possível abordagem*. 2 ed. Brasília: Ed. IBAMA.

ROSA, A. V. Projetos em Educação Ambiental. In: Encontros e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Vol.2 pp 274-287. Brasília, 2007.